



<http://dx.doi.org/10.30681/23588403v13i01171189>

NOVO MUNDO, UTOPIA, PAU-BRASIL E ANTROPOFAGIA: DOS QUINHENTOS AO MODERNO - UMA AVENTURA DO (RE)DESCOBRIR

Data de recebimento: 16/05/2019

Aceite: 23/07/2019

Lincoln Felipe FREITAS (UEPG)¹

Resumo: Considerado como o mais “rebelde” do movimento modernista, Oswald de Andrade foi responsável pelos principais manifestos da primeira geração modernista: o Manifesto Pau-Brasil (1924) e o Manifesto Antropófago (1928). O principal ideal desse período foi a busca pelo moderno, polêmico, inovador e o redescobrimto do nacionalismo. Pode-se afirmar que os ideais preconizados no início do período moderno na literatura brasileira tiveram como uma de suas bases o período colonial brasileiro: elementos como o descobrir, o pau-brasil e a antropofagia foram utilizados de forma a representar a busca pelo redescobrimto do Brasil em sua autenticidade primitiva. Esses elementos são aqueles que outrora registraram os escritores do período quinhentista. A literatura de informação, atuando como registros históricos, antropológicos e literários trouxeram ao nosso conhecimento a realidade do povo brasileiro (indígena) recém-descoberto. Neste breve estudo, pretendemos realizar uma leitura paralela entre dois períodos da literatura brasileira, quinhentismo e modernismo, nos quais a antropofagia e a problematização “colonizado/colonizador” é (re)descoberta na construção da identidade nacional, ora por constatação dos cronistas em seus registros, ora pelos ecos da intertextualidade metafórica do escritor modernista e seus manifestos.

Palavras-chave: Antropofagia; Modernismo; Quinhentismo

Abstract: Oswald de Andrade, considered the most "rebellious" of the modernist movement, was responsible for the main manifestoes of the first modernist generation: the Pau-Brasil Manifesto (1924) and the Anthropophagic Manifesto (1928). The main ideal of this period was the search for the modern, the controversial, the innovative and the rediscovery of nationalism. We can affirm that the ideals advocated at the beginning of the modern period in Brazilian literature have one of their bases the Brazilian colonial period: elements such as the discovery, the Brazilwood and the anthropophagy were used in a way that represented the search for the rediscovery of the Brazil in its primitive authenticity. These elements are those were once recorded by writers of the sixteenth century. The information literature, acting as historical, anthropological and literary records brought to our knowledge the reality of the newly discovered Brazilian (indigenous) people. In this brief study, we intend to carry out a parallel reading between two periods of Brazilian literature, sixteenth century and modernism, in which anthropophagy and "colonized / colonizing" problematization are rediscovered in the construction of a national identity by echoes of the metaphorical intertextuality of the modernist writer and his manifestos.

Keywords: Anthropophagy; Modernism; Sixteenth.

1 - Introdução

¹ Graduando de Licenciatura em Letras – Português/Espanhol pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Paraná, Brasil. Email: freitaslincolnfelipe@gmail.com



Neste trabalho, resultante de reflexões iniciais em aulas de Literatura Brasileira I, buscamos, em um primeiro momento, uma exploração dos escritos quinhentistas, com um olhar específico sobre as descrições dos nativos encontrados em terras brasileiras. Tais escritos, publicados em sua maioria na primeira metade do século XVI, traziam duas visões predominantes: uma idílica, em que os índios são tomados por seu bom trato com a natureza e a terra e sua boa organização social igualitária; e uma outra visão um tanto quanto demoníaca: nem sempre haviam as relações amistosas entre as tribos, tendo como consequência guerras e a captura de prisioneiros para a realização de rituais antropofágicos, o ato de devorar o outro.

Esses fatos foram registrados por escritores do período, portugueses como Pero de Magalhães Gândavo, Gabriel Soares de Sousa, Fernão Cardim e o padre José de Anchieta, e de outras nações como Hans Staden, André Thevet e Jean de Léry, da França. Chamamos esse conjunto de textos do período colonial, de literatura de informação, que segundo Alfredo Bosi, é composto por crônicas históricas, “informações que viajantes e missionários europeus colheram sobre a natureza e o homem brasileiro.” (BOSI, 2006, p. 13)

Quatro séculos depois, tivemos no Brasil, o período denominado modernista, resultante do movimento das vanguardas europeias em um contexto cercado pela *Belle Époque* (1900-1914) a euforia burguesa pela Era da máquina; as Primeira e Segunda Guerras Mundiais (1914-1918; 1939-1945) com sua desilusão e falência de ideais; a psicanálise de Sigmund Freud; o intuicionismo de Bergson e a morte do Deus soberano e absoluto preconizada por Nietzsche. Com a Semana de Arte Moderna de 1922, dava-se início ao período moderno nas artes brasileiras. Com ícones como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Carlos Drummond de Andrade e posteriormente Manuel Bandeira, o modernismo buscava um nacionalismo ufanista (Verde-amarelismo e Grupo da Anta) e crítico (Manifestos Pau-Brasil e Antropófago).

Como destaque em nosso trabalho, trazemos Oswald de Andrade e seus dois manifestos de nacionalismo crítico. Sendo as principais subcorrentes da primeira geração modernista, o Manifesto Pau-Brasil (1924) e a Antropofagia (1928), incitavam a busca por uma revalorização do nacional, da identidade brasileira em contraponto aos moldes europeus e suas influências na arte escrita. Em sua poesia em forma de manifesto, Oswald trazia uma crítica político-social cheia de acidez e rebeldia contra os modelos clássicos. O vernáculo estava em redescoberta. Como mostra Viviane Horta Generoso (2013, p. 162)



O “Manifesto Antropófago” escrito por Oswald de Andrade e publicado em 1928, na Revista Antropofágica, pode ser considerado um marco do movimento idealizado por ele que leva o mesmo nome. O Manifesto Antropófago é a segunda poesia escrita em forma de manifesto, a primeira, também muito conhecida, foi a Poesia Pau-Brasil. O segundo manifesto, mais político que o anterior, reafirma um modo de pensar que mescla ingenuidade, pureza, rebeldia e elaboração mítica. O objetivo de Andrade era rejeitar os modelos clássicos das artes e da literatura, herdado dos europeus, e fortalecer a língua portuguesa falada no Brasil.

Então, fizemos uso das palavras de Linda Hutcheon (1991. p.157) para motivar inicialmente nossa pesquisa. A autora destaca uma característica do período moderno na literatura, como sendo a

manifestação formal de um desejo de reescrever o passado dentro de um novo contexto. Não é um desejo modernista de organizar o presente por meio do passado ou fazer com que o presente pareça pobre em contraste com a riqueza do passado (ver Altin 1972, 106-114). Não é uma tentativa de esvaziar ou evitar a história. Em vez disso ele confronta diretamente o passado da literatura – e da historiografia, pois ela também se origina de outros textos (documentos) Ele usa e abusa desses ecos intertextuais, inserindo as poderosas alusões de tais ecos e depois subvertendo esse poder por meio da ironia.

Mesmo com essa afirmação, uma questão que pode ainda surgir dos objetivos deste nosso breve estudo: quais são as relações entre o quinhentismo e os escritos informativos sobre o descobrimento do Brasil em seu primitivismo no século XVI e o modernismo brasileiro do século XX? Em busca da possível resposta ao questionamento inicial desta pesquisa, através de análise bibliográfica: traçaremos um caminho que parte dos ideais renascentistas e da expansão marítima europeia; chegaremos ao Brasil recém-descoberto do século XVI e seu povo nativo visto como selvagem; saltaremos para o período modernista brasileiro no século XX e as concepções de Oswald de Andrade em seus manifestos; para após construirmos uma “ponte” entre dois períodos da literatura brasileira, nos quais a problematização “colonizado/colonizador” é (re)descoberta na construção da identidade nacional, ora por constatação dos cronistas em seus registros, ora pelos ecos da intertextualidade metafórica do escritor modernista e seus manifestos.



2 - Do “renascer” das artes e das letras ao descobrir dos novos mundos

O mundo feudal já não mais determinava os valores na organização da Europa no século XVI e a criatividade “renascia” com toda a glória do humanismo. Como nos traz Patriota (2006, p. 50), o Renascimento brotava, partindo da impulsão da imprensa de Gutenberg, como movimento cultural e trazia novamente à civilização cristã a antiguidade clássica, que morrera asfixiada e havia dado lugar à Idade Média longa e estéril. A glorificação do humano na fase do “renascer” era evidente em Michelangelo, Da Vinci, Rabelais, Erasmo de Roterdã, Shakespeare, Camões e Cervantes, nomes de nações que se estendiam por toda a Europa: de Itália a Portugal e Espanha, Inglaterra, e França com o seu Classicismo.²

O termo “renascimento”, cunhado pelo arquiteto toscano Giorgio Vasari (1511-1574), buscava justamente demonstrar essa ideia do *renascer*. Originário no humanismo do século XIV, que aos poucos se estendeu pela Europa, o homem estava em fase de (re)descoberta. Durante o período renascentista, difundiu-se entre os estudiosos a ênfase na procura de explicações racionais – e não baseadas na fé – para os fatos da natureza. Esse tipo de pensamento, conhecido como racionalismo, negava a ideia de que a Igreja ou os livros sagrados fossem suficientes para responder todas as dúvidas humanas. Ainda assim, o poderio católico era grande, mas parte das motivações da reforma protestante que ocorreria no mesmo século surgiu no racionalismo renascentista, o homem não era mais silencioso e cego, mas sim questionava.

Como nos esclarecem Azevedo e Seriacopi (2005, p. 137 e 138), no campo das artes, as produções tomavam uma nova roupagem, deixando de lado o caráter de “ofício qualquer” da idade Média. Outras áreas do conhecimento invadiam as artes, principalmente na pintura, como geometria, matemática e óptica. O corpo humano era revisitado nas obras e a criação deveria adotar novos padrões. Nessa renovação, o interesse da burguesia foi despertado, a busca pela imposição perante a nobreza e o clero fazia com que os burgueses, mercadores e banqueiros passassem a exibir as produções artísticas de pintores, escultores e arquitetos, além de auxiliar nos custos da arte. Esses custeadores e “protetores” da arte são os conhecidos *mecenas*. Com o mecenato, arte, riqueza e poder ficaram intimamente associados.

² [...] na França de 1600, a Renascença deu à luz uma criança robusta chamada Classicismo. O respeito à tradição clássica, dominando as artes plásticas, mudou a olhos vistos a paisagem parisiense herdada dos tempos feudais. Arquitetos franceses banhados nas fontes da Acrópole ateniense e escultores imersos nos mares da mitologia grega espalharam deuses do Olimpo pelas praças e parques da cidade.” (PATRIOTA, 2006, p. 54)



Na literatura, as condições econômicas, sociais e culturais da Europa criaram uma conjuntura ideal para o aparecimento de novas formas literárias e poéticas. (AZEVEDO; SERIACOPI, 2005, p. 139) Com o surgimento da imprensa e o fim do trabalho copista, a produção literária tomava maior espaço na sociedade europeia. Fato é que a renovação literária já ocorria desde os últimos séculos da idade média, em razão dos trabalhos de três escritores da península itálica: Dante Alighieri (1265-1321), Francesco Petrarca (1304-1374) e Giovanni Boccaccio (1313-1375). Logo os novos padrões atingiriam toda a Europa, atingindo países como Espanha, Portugal, França e Inglaterra. Em todos os lugares, a literatura atingia o auge junto do crescimento político e econômico das potências europeias.

Assim devemos destacar que na renovação literária e seu apogeu, movidos pelos ideais renascentistas, em Portugal, coincidiu com o período das grandes navegações. Nessa época destacou-se o poeta Luís de Camões (1503-1580), que usou a forma da epopeia grega para contar os feitos do navegador Vasco da Gama em *Os Lusíadas*, obra que nos permite explorar todo o imaginário europeu/português com relação ao desbravamento dos mares e oceanos desconhecidos.

Nesse contexto, como nos traz Fernando Cristóvão (1999, p. 188), portugueses eram dominados e unidos pelo otimismo típico renascentista, fossem eles navegadores e descobridores, exploradores de riquezas ou viajantes imaginários em seus gabinetes. Indivíduos que compartilhavam uma nova concepção de mundo e de homem, além do desejo de um mundo diferente e uma nova cultura. Esta cultura seria

[...] apoiada na *paideia* clássica e sublimada ou disfarçada pelos ideais cristãos, mas que, progressivamente, deles se vai afastando quando, pela influência modernizadora das navegações e suas descobertas, se alteraram, ou mesmo aboliram, as “verdades” científicas, os valores, crenças e técnicas do mundo antigo e medieval, dando lugar a novos conceitos teológicos, filosóficos, científicos e sociais. (CRISTÓVÃO, 1999, p. 188-189)

Ainda como destaca Cristóvão (1999, p. 189), as navegações, principalmente as de iniciativa portuguesa, com a descoberta de Porto Santo, no arquipélago de Madeira em 1418, além da ação pioneira do Infante D. Henrique, trouxeram significativas mudanças na visão e conhecimento de mundo que tinham os europeus no século XVI. A ciência da geografia e da náutica bem como os conhecimentos de aventuras e experiências passavam a exigir uma reformulação do saber firmado desde os tempos medievais. Cabe aqui destacar a figura de



Cristóvão Colombo, que em sua viagem em busca das índias em 1492 acabou dando com terras que hoje conhecemos por América. Poderíamos afirmar que essa confusão resultou de suas ideias e ilusões ao buscar riquezas em regiões desconhecidas citadas apenas por Marco Polo³ trazendo como consequência a descoberta do que acabou por ser designado como “Novo Mundo”.

Nesse período, também se deve tratar dos registros de viagens, conhecidos como literatura de informação. Os textos que são caracterizados como esse tipo de literatura são, por muitas vezes, deixados em segundo plano pelos estudos literários, sendo considerados mais frequentemente com alto valor histórico e antropológico. Isso resulta em um possível questionamento da literariedade de muitos dos escritos desse período.⁴

O que torna mais forte essas indagações é o fato de muitas das produções se tratarem ou de cartas para os superiores nos países europeus, ou então diários de viagem e relatórios, que descreviam, por muitas vezes, as situações da longa viagem ou então, já em terra, tratavam das rotinas e características do território recém-descoberto, sendo assim textos mais informativos que propriamente artísticos ou ficcionais.

3 - Os cronistas quinhentistas no Brasil: o primeiro descobrimento do nativo

Como sabemos por meio de registros históricos, vários dos viajantes europeus estiveram em nossas terras durante o século XVI. Os documentos históricos a que temos acesso geralmente são as próprias obras desses escritores, nas quais registravam as suas observações da terra nova, além de servirem como meios de prestação de contas e informação à metrópole sobre as características da possível nova colônia. Nesse período, o caráter divino na missão dos navegadores e desbravadores do novo mundo fazia com que os portugueses tomassem a graça e heroísmo de seu ofício em terras com bens naturais e gente bestial. Como nos mostra Susani Silveira Lemos França (2009, p. 138)

[...] na segunda metade do século XVI, na trajetória da divulgação da notícia sobre a expansão pelos cronistas portugueses – cuja narrativa é marcada pelo distanciamento temporal e pela visão intermediada –, o traço geral da sua

³ Marco Polo (Veneza, 15 de setembro de 1254 – Veneza, 9 de janeiro de 1324?) foi um mercador e explorador, conhecido como sendo um dos primeiros ocidentais a percorrer a Rota da Seda e junto de seu pai Nicolau Polo e o seu tio Matteo partiram do porto de Layes em 1272. O relato de suas viagens pelo oriente foi considerado por tempos como única fonte de informação sobre a Ásia. (BURGAN, 2002, tradução livre.)

⁴ Neste artigo não se buscará entrar na discussão de literariedade ou não-literariedade desses textos, mantendo nosso foco nas análises do texto segundo nossas propostas.



construção histórica ainda parece ser o caráter de desígnio divino dos descobrimentos e, conseqüentemente, de graça aos portugueses. A futura América ainda se mostra muito pouco anunciada no passado por eles divulgado; ela é, até aí, feita de bens naturais e gentes simples, sem maiores interesses comerciais ou até mesmo espirituais, dada a sua “bestialidade”.

Isso nos faz pensar que mesmo em um período em que a razão era colocada em antes da fé, as crenças religiosas e os ideais de salvação dos gentios moviam as máquinas colonizadoras. O encontro com o povo desconhecido do novo mundo fazia com que a motivação dos portugueses se voltasse para a humanização dos nativos através da fé cristã e da subordinação à coroa.

Poderíamos destacar, dentre as personalidades e seus trabalhos do período de descobrimento de nossas terras, o escrivão Pero Vaz de Caminha e sua carta “a El-Rei D. Manuel, sobre o achamento do Brasil”, Gabriel Soares de Sousa e seu “Tratado descritivo do Brasil”, o jesuíta Fernão Cardim e o “Tratados da terra e gente do Brasil”, e Pero de Magalhães Gândavo e sua “História da Província de Santa Cruz”.

Pode-se observar nos títulos desses trabalhos um caráter primordialmente documental e pouco artístico, o que resulta nos possíveis questionamentos que citamos acima. Ainda assim, a leitura e estudo de tais textos são de grande importância para várias áreas do conhecimento, seja história, antropologia, etnografia ou literatura. Como expõe Santos (2009, p. 49)

O interesse em reexaminar um texto da literatura considerada informativa ou de viagem é reconhecer em seu conteúdo uma parcela da história nascente do Brasil, vista pelo olhar do invasor.

O invasor, ao registrar o novo encontrado nas regiões ultramarinas do novo mundo, expõe todas suas impressões sobre a organização do povo, sua forma de vida, as paisagens, os animais, etc. No Brasil isso não foi diferente, sendo que os escritos que temos sobre nossas terras no período quinhentista são de extrema importância para a constituição da nossa história identitária.

De qualquer forma, como afirma Patriota (2006, p. 66), “[...] os portugueses que acharam o Brasil tardaram a povoá-lo com pessoas interessadas na arte de escrever.” Como esclarece ainda a mesma autora, foi só em 1530 que se deu o início da colonização do



território, e só em 1549, com a chegada dos jesuítas, promoveram a instrução do índio para convertê-los ao cristianismo. Assim, mesmo a carta de Pero Vaz de Caminha tendo sido o primeiro dos registros da nossa terra, somente em 1817 que ela foi dada a conhecer. Nisso, destacamos ainda que então o primeiro relatório publicado sobre o Brasil, em língua portuguesa, foi a “História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil” de Pero de Magalhães Gândavo, em 1576.

Nesse texto, Gândavo busca utilizar uma linguagem de fácil compreensão, traçando as características da terra com o claro objetivo de atrair pessoas dispostas a virem para cá e aqui fixarem residência. Além disso, os escritos são testemunhos interessantes sobre os costumes dos índios, e acima de tudo um registro da mentalidade do colonizador europeu: certo êxtase diante da paisagem, uma imagem ora positiva, ora negativa das populações indígenas, uma preocupação em explorar economicamente as potencialidades da colônia e suas riquezas naturais.

Nesse contexto, não tivemos apenas escritos de portugueses, sendo que poderíamos destacar aqui Hans Staden e suas “Duas viagens aos Brasil”, André Thevet e Jean de Léry, franceses que registram em seus escritos as mesmas impressões que os portugueses sobre o novo mundo e seus habitantes. Em Staden, podemos observar com detalhe a sua visão de dentro da tribo e do ritual antropofágico, pois o mesmo esteve, em sua segunda viagem ao Brasil, como prisioneiro dos tupinambás. Em Léry e Thevet as descrições são praticamente as mesmas, porém tendo uma visão francesa da situação: buscava-se criar a França Antártica em terras brasileiras, além de serem visões de correntes protestantes e católicas de pensamento. Em comum, as obras desses três viajantes europeus têm o registro por meio de ilustrações que buscavam retratar o cotidiano das tribos indígenas brasileiras, feitas pelo gravurista belga Theodore de Bry.⁵

Nos textos quinhentistas, notamos a descrição dos povos indígenas que aqui habitavam: eram gentios, incultos, selvagens e bárbaros para seus semelhantes, porém bons cuidadores da terra e amigáveis ao novo europeu. Assim, o que mais chama a atenção em tais escritos é a visão europeia no tocante à prática da antropofagia. Tal prática fazia com que os índios assumissem uma nova roupagem, uma nova visão, uma opinião dos cronistas sobre

⁵ PEREIRA, R. S. B. **O trânsito entre imagem escrita e imagem iconográfica em Theodore de Bry na representação da barbárie americana.** Disponível em: <www.cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT07/7.10.pdf> Acesso em: 23 de Junho de 2014.



uma vertente demoníaca sobre os nativos em contraponto a uma vertente idílica, já comentada.

Gândavo, assim como outros compartilhadores do seu ofício, registra em um capítulo próprio, a prática do ritual antropofágico entre os índios. No capítulo denominado “Da morte que dão aos cativos e crueldades que suão com eles.”, a descrição feita pelo português nos mostra a abominação que era tal costume aos olhos europeus. Como diz, não existe feito mais repugnante que a forma como tratam os cativos e como o comem em seu ritual cruel e vingativo. Essa descrição, uma visão de índio cruel, vingativo e demoníaco, aparece nos escritos de Gândavo em contraponto sobre sua organização, sobre os cuidados da terra e a forma como governam em paz, sendo essa uma visão boa e idílica sobre os selvagens.

Porém, nas descrições de Pero Vaz de Caminha, é possível destacarmos com mais força uma vertente do bom caráter indígena. Como afirma Santos (2009, p.63), na carta “a El-Rei D. Manuel, sobre o achamento do Brasil”,

[...] o índio é pontuado muito mais pela vertente idílica do que demoníaca, conforme as concepções formadas pelos europeus a esse respeito. Na avidez colonial, Caminha enaltece a terra fértil com intenções exclamativas, que superlativam a natureza e seus habitantes. Decorrente desses ideais originou-se um conjunto de textos ufanistas que se prolongaram até a metade do século XVIII, ainda com motivações da terra e do nativo. Cada um possui um fim estabelecido, como o de elogiar ou de ser apenas utilitário. Permeia-os uma linha comum, que ora se atém à justificação dos elogios, ora se pauta no registro da história real e não na fantasia.

Isso causou uma maior exaltação da terra, essa avidez colonial de busca do novo mundo como recanto de convite a imigração, caráter forte que se destaca na “História da Província de Santa Cruz” de Pero Gândavo. O descobrir da terra aparece sempre em suas nuances mais extremas, assim como a do nativo que, mesmo possuindo costumes bárbaros e demoníacos, seriam de fácil conversão a fé portuguesa, pois como supunham os cronistas, eram abertos para tanto e o trabalho dos jesuítas alcançava cada vez mais sucesso.

Também se destacam os escritos de José de Anchieta, jesuíta de maior atuação nas terras brasileiras no século XVI, os quais eram tanto de caráter informativo quando catequético. Seu objetivo, assim como de toda a ordem jesuíta de 1549, era civilizar o índio



pagão e trazer-lhes o “F, L e R” de que tinham falta, como descreve Gândavo: fé, lei e rei, como consequências da primeira. Em seus textos informativos, os aspectos negativos são descritos por Anchieta, sendo que um deles seria o ritual da antropofagia. Nas palavras de Anchieta, os índios

têm por sumo deleite comer-se uns aos outros, e muitas vezes vão à guerra e havendo andado mais de cem léguas, se cativam três ou quatro, se tornam com eles e com grandes festas e cantares os matam, usando de muitas cerimônias gentílicas, e assim os comem, bebendo muito vinho, que fazem de raízes, e os miseráveis dos cativos se têm por mui honrados por morrer morte, que a seu parecer, é mui gloriosa. (ANCHIETA, 1988, p. 84 apud SANTOS, 2009, p. 69)

Prevalece então o relato do que é observado, tomando o hábito da antropofagia sempre como ação do demônio. O que é interessante nessas descrições é o fato de que a visão dos nativos sobre o ritual é também registrada. Como Anchieta destaca, os cativos provavam sua honra ao serem sacrificados como alimento da outra tribo, a glória de morrer “na boca” de outro índio que o derrotara não chegava a igualdade a uma morte natural ou a um enterro.

Ainda, como nos mostra Santos (2009, p. 91)

Em Anchieta, além do aspecto físico, encontra-se o projeto de desarticulação das crenças do nativo, imputando-lhe o código europeu na transmutação dos símbolos divinos. Nas cartas e informações, o índio é comparado às feras e sujeito ao escárnio e à segregação, por realizar rituais denominados satânicos, como a antropofagia, não compreendida como evento natural entre as etnias.

A busca pela emolduração dos índios em padrões europeus, tomava seus rituais, crenças e costumes sempre como demoníacas, descartando o caráter natural com que os nativos tinham ao realizarem tais feitos entre si. A imposição da fé cristã fazia com que atos nativos e primitivos fossem tomados como abominação, e nisso entram outros costumes como nudez, poligamia, etc.

Como já afirmamos, não só escritos portugueses registraram o período de colonização e descoberta do Brasil. Em Hans Staden, vemos uma extensa descrição sobre os costumes indígenas e suas impressões “luteranas” sobre o costume antropofágico. Segundo Staden, o



que motivava os Tupinambá para a prática antropofágica seria principalmente um desejo odioso e vingativo. Os inimigos eram devorados enquanto frases que explicitavam o cunho vingativo eram entoadas. Talvez o fato de comerem carne humana por vingança fosse mais razoável para olhos europeus, enquanto que em outras organizações ameríndias, o rito antropofágico como apenas hábito alimentar não era compreendido. O ódio seria menos condenável do que o canibalismo sem motivação aparente, mesmo em ambos os casos tratando-se de hábitos abomináveis para a cultura e crença europeias.

Almeida (2002, p. 124) afirma que a partir de textos como os de Jean de Léry e Hans Staden que se pode reconstruir o ritual antropofágico dos brasis. O primeiro por ser a obra mais prestigiada já que traz análises comparativas sobre a cultura e os costumes dos tupinambás. O segundo por trazer quase como uma “história em quadrinhos” em que as ilustrações acompanham todo o desenvolvimento da narrativa, propiciando uma leitura mais atenta aos detalhes da descrição dos nativos. De qualquer forma, como diz a autora, os “diversos cronistas descrevem, com pequenas variações, o rito sacrificial a que eram submetidos os inimigos dos tupinambás.”

O que devemos considerar é o fato de que os olhos dos viajantes estavam cheios do eurocentrismo em fase de desenvolvimento. Segundo Samir Amin (1989), esse era um fenômeno cultural e ideológico que surgia no Renascimento e que se proliferava com a motivação das grandes navegações. A Europa passava a ser modelo desejável para todas as outras civilizações, o que causava um apressamento pelos moldes de comportamento e ideais, com maior preocupação na difusão do capitalismo e da doutrina cristã em contraponto ao não-desenvolvimento econômico e ao paganismo.

A Europa passava a firmar sua identidade pautada no contraste com os povos bestiais recém-descobertos. O novo mundo em contraste ao velho dava espaço para a construção da alteridade americana como meio de reconstrução de sua imagem. Como explicita o estudioso Adone Agnolin (2002, p.132),

[...] ao redor da prática antropofágica americana, começa a tecer-se um sistema de traduções – tanto da alteridade americana em face da Europa, quanto das novas e inquietantes alteridades culturais européias – que contribui para que as considerações sobre a colonização da América se tornem, por exemplo, um pretexto para os propagandistas da fé católica porem a nu os horrores da Reforma. De fato, a Europa torna, na esteira da



Antigüidade clássica, a falar de si através da imagem dos gentios bárbaros que teimam em comer carne humana.

Como explicam Oliveira e Dossin (2013, p.3), dá-se espaço ao desenvolvimento de uma relação dual, especificada pelo “eu” europeu e o “outro” não-europeu, sendo o último considerado atrasado e necessitado da ajuda europeia para desenvolver-se e sair do modo primitivo de vida. A função dos europeus seria colonizar e com isso levar ao desenvolvimento desses povos. Logicamente, os colonizadores encaravam de formas diferentes ao projeto:

alguns defendiam que era um esforço difícil, porém necessário e que traria benefícios aos colonizados; enquanto outros acreditavam que os colonizados nunca deixariam de ser “selvagens”, permanecendo em um estado de atraso que justificaria sua dominação. (OLIVEIRA; DOSSIN, 2013, p. 3)

Com isso, podemos já traçar uma primeira face da problematização colonizado/colonizador: em um primeiro momento, na era das grandes navegações e descobrimento do Brasil na primeira metade do século XVI, o colonizado era visto como aquele que necessitava da salvação trazida pelos portugueses, viviam em estado primitivo e por muito abominável, não tinham fé, não seguiam lei e não se dobravam a nenhum rei. Cabia então ao heroísmo colonizador trazer esses povos do escuro para a luz.

4 - Quatrocentos anos depois: o redescobrimento do nativo no moderno

Na primeira metade do século XX, surgia o ideário da chamada arte moderna, um conjunto de inovações estéticas que reluziam na Europa desde antes da Primeira Guerra Mundial. As vanguardas artísticas europeias estavam, no fundo, pondo em questão todos os valores estéticos tradicionais e defendendo uma nova direção geral para as artes.

Reflexo desse movimento europeu, no Brasil, de 11 a 18 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo, ocorreu um grande evento cultural chamado de Semana de Arte Moderna. Reuniram-se vários artistas para espetáculos, conferências, mostras de artes plásticas, recitais de música e sessões de leitura de poesia. Foi um acontecimento memorável que marcou a adesão de toda uma nova geração de artistas às ideias do modernismo europeu. Assim surgia o modernismo brasileiro, tendo como principais ideais a busca pelo moderno, polêmico, inovador e o redescobrimento do nacionalismo.



Nesse contexto, cabe destacar a figura de Oswald de Andrade.⁶ Escritor, ensaísta, dramaturgo e ponta-de-lança e “arauto da Semana de Arte Moderna de 1922”⁷, Oswald trouxe uma proposta de recriação do índio como expressão do nacionalismo brasileiro, levando em conta não mais sua bravura e pureza em um paraíso intocado, mas sim, por seu remoto hábito de canibalismo. Como afirma Generoso (2013),

Para Oswald de Andrade foi o surgimento do conceito de primitivismo, comum às correntes artísticas e literárias europeias da época, que mais despertou seu interesse. Foi a temática usada na literatura a sua fonte de inspiração, para construir o movimento antropofágico no Brasil. (p. 161)

Para tanto, Oswald foi o idealizador dos dois grandes manifestos da primeira geração modernista brasileira: o Manifesto Pau-Brasil (1924) e o Manifesto Antropófago (1928). Pode-se afirmar que os ideais preconizados nos manifestos do início do período moderno na literatura brasileira tiveram uma base nos registros históricos e literários do período colonial brasileiro: elementos como o descobrir, o pau-brasil e a antropofagia foram utilizados de forma a representar a busca pelo redescobrimento do Brasil em sua autenticidade primitiva. Esses elementos são aqueles que outrora registraram os escritores do período quinhentista.

Os relatos de canibalismo na América, no século XVI, fez com que esse elemento retornasse e se tornasse mais vivo no imaginário europeu. Como explica Marta Lindote, a antropofagia tornou-se o elemento interdito que permaneceu reprimido até seu retorno poético com a proposta antropofágica do modernismo do século XX:

Ao longo de quatro séculos, a antropofagia havia se tornado um elemento interdito tanto no discurso “culto” do país, quanto dentro da própria cultura indígena, postando-se, porém, no primeiro movimento modernista com a voracidade com a qual todo objeto reprimido retorna.⁸

Assim, podemos afirmar que no período moderno, o redescobrimento do Brasil em sua identidade puramente nacional, foi para Oswald, a busca de uma nova antropofagia, pois considerava o ritual de antropofagia (aqui em seu sentido figurado), como meio de o artista

⁶ Outros nomes desse período, que não poderíamos deixar de citar, são: Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, Anita Malfatti, Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira, ícones dessa revolução na arte brasileira.

⁷ FONSECA, Maria Augusta. **Oswald de Andrade: o homem que come**. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 10

⁸ LINDOTE, Marta. **Algumas reflexões sobre vingança e antropofagia como modelos políticos e estéticos ainda vigentes na cultura brasileira**. Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume2/numero2/plasticas/Marta%20Lindote.pdf> Acesso em: 23 de Junho de 2014.



brasileiro incorporar tudo em seu organismo, trazendo também as influências estrangeiras para o bem da cultura nacional. Seria, em outras palavras, propor uma inversão do problema colonizado/colonizador.

Nessa inversão, o colonizado que “devora” não visa somente a destruição daquilo que ele come, mas também se apropria das qualidades e das virtudes do devorado, de suas forças naturais, como forma de revalorização do *outro*, para o próprio fortalecimento de si. (GENEROSO, 2013, p. 163)

É quase que impossível não traçar um eixo comum entre esse aspecto dos ideais modernistas de Oswald de Andrade com a crença dos indígenas encontrados no período colonial em seus rituais de antropofagia. Naquele contexto em que os portugueses se deparavam com a abominação dos índios que devoravam uns aos outros, o esforço em trazer o “correto” e mudar as práticas do povo do novo mundo traçaria esse problema colonizado/colonizador, em que o colonizado seria aquele que necessitava do auxílio do bom português para sair de sua situação adversa e passar a uma situação mais favorável vivenciada pelo colonizador.

Já na concepção de Oswald, essa ideia do nativo que devora o estrangeiro, traria o ideal de força nacional em sua busca de assimilação das forças naturais e valores do outro, colocando assim o “novo mundo” como em situação não tão adversa. Como disse em seu manifesto:

Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente.
Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz.
Tupi, or not tupi that is the question.
Contra todas as catequeses. E contra a mãe dos Graças.
Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago.
(ANDRADE, 1978, p.13)

A antropofagia seria o ponto de união da sociedade brasileira e sua identidade nacional. A lei do antropófago seria a deglutição do outro, com objetivos de assimilar suas melhores características, assim como era na organização social indígena: prisioneiros de guerra eram devorados como sinal de honra em receber a força e a bravura do guerreiro.



Desse modo, no Manifesto Antropófago, Oswald se considera “legítimo herdeiro dos instintos ancestrais brasileiros”. (GENEROSO, 2013, p. 165) Isso faria nascerem as revoluções, no primitivismo nativo estaria a crítica à sociedade ainda emoldurada em padrões estrangeiros, o primitivo seria, segundo as propostas de Oswald, um antídoto para que se deslanchasse o diálogo pós-colonial no Brasil, retomando, ou então reencontrando, os ideais identitários nacionais.

A sua [de Oswald de Andrade] antropofagia pretende “abolir as diferenças” e os conflitos, com a *incorporação* de tudo que é objeto de exclusão, de rejeição: o estrangeiro, o louco, o delinquente, o instintivo. A relação com o *outro* é oposta àquela da sociedade opressora moderna, que rejeita os outros não “desejados”, isolando-os em estabelecimentos destinados a esse uso, como, por exemplo, as prisões, os asilos, os hospitais, os guetos suburbanos. A antropofagia, vista sob o ângulo oswaldiano, valoriza a relação com o *outro*, na medida em que reconhece na “primitividade” um valor. Essa primitividade se mostra em choque com as leis, com o Estado e por isso em oposição ao patriarcado. (GENEROSO, 2013, p. 166)

Vemos que termos como “incorporação” e “outro” recebem destaque no texto do escritor modernista. Nisso destacamos os objetivos de Oswald e seus manifestos e ideais: a incorporação do estranho e excluído resultaria na alteridade. O patriarcado foi, segundo Oswald, construído na lógica da razão clássica opressora, na separação radical do *outro*; enquanto o matriarcado, defendido por ele, pode acolher esse outro. (GENEROSO, 2013, p. 166). Ao lermos o último trecho do manifesto antropófago de Andrade, temos:

Contra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud — a realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama. (ANDRADE, 1978, p. 19)

A “realidade social, vestida e opressora” seria a cultura europeia, letrada, trazida pelos colonizadores aos trópicos. Uma realidade cujos valores religiosos católicos, sem complexos, sem loucuras, sem prostituições, salvariam os homens dessas terras e os englobaria à cultura “elevada” dos europeus.

Por fim, como esclarece Benedito Nunes,



Como símbolo da devoração, a Antropofagia é, a um tempo, *metáfora*, *diagnóstico* e *terapêutica*: *metáfora orgânica*, inspirada na cerimônia guerreira da imolação pelos tupis do inimigo valente apresado em combate, englobando tudo quanto deveríamos repudiar, assimilar e superar para a conquista de nossa autonomia intelectual; *diagnóstico* da sociedade brasileira como sociedade traumatizada pela repressão colonizadora que lhe condicionou o crescimento, e cujo modelo terá sido a repressão da própria antropofagia ritual pelos Jesuítas, e *terapêutica*, por meio dessa reação violenta e sistemática, contra os mecanismos sociais e políticos, os hábitos intelectuais, as manifestações literárias e artísticas, que, até à primeira década do século XX, fizeram do trauma repressivo, de que a Catequese constituiria a causa exemplar, uma instância censora, um Superego coletivo. Nesse combate sob forma de ataque verbal, pela sátira e pela crítica, a *terapêutica* empregaria o mesmo instinto antropofágico outrora recalcado, então liberado numa catarse imaginária do espírito nacional. (NUNES in ANDRADE, 1978, xxv-xxvi)

Vemos claramente o ideal da antropofagia “revisada” de forma a tornar-se terapia. A um primeiro momento seria *metáfora*, por aludir aos rituais dos primitivos nativos brasileiros em um tempo em que os homens já estariam completamente “civilizados”. Seria *diagnóstico* por reconhecer a organização social brasileira como reprimida ao longo dos séculos pela colônia. Seria *terapêutica* por causar o tratamento através da alteridade e assimilação dos valores do outro pela nova antropofagia, pela busca do nacionalismo identitário e do (re)descobrimto da relação colonizado/colonizador.

5 - Considerações finais

O homem pode, e deve, subtrair seu semelhante a essa outra dimensão natural, a tal ponto ameaçadora da cultura (da memória), que quase pode constituir-se como uma *outra* cultura no seu “ser uma *contra* cultura”. Parece-nos, portanto, que o depoimento levado em consideração evidencia quase uma disputa, uma contenda da morte entre a natureza – anônima, sem memória, uma “antropófaga” que tudo engole, sem nada preservar – e a cultura – identitária, que constrói a memória e faz do sacrifício antropofágico uma forma de preservação do outro. (AGNOLIN, 2002, p. 134)



Com essa explanação trazida por Agnolin, podemos pensar que a antropofagia em suas raízes seria o meio de produção e assimilação de uma *outra* cultura. Como sabemos, os nativos brasileiros em seus rituais antropofágicos devoravam prisioneiros de guerra vindos de outros meios, outras tribos, outras etnias, e esse era o modo de que a cultura do outro fosse absorvida por aquele meio. A morte natural não teria tanto valor quanto a morte em ritual, que trazia a preservação da cultura do outro. Durante o período colonial, os indígenas foram levados a abandonar tais práticas devido à imposição da cultura europeia. A identidade do outro passava a não ser mais devorada, o canibalismo em plano simbólico, que se torna antropofagia, foi aos poucos perdendo espaço.

Como supõe Agnolin (2002, p. 165), a reprodução simbólica da comunidade indígena surge devido a exigência de neutralizar a ameaça do estranho através da *incorporação*, isso se caracterizaria como uma mediação que é, ao mesmo tempo, diferenciação e assimilação. O homem branco adquiriria um bem de um nativo, o qual ele transformaria em bem cultural, por sua vez, o nativo também obteria um bem do homem, que ele transformaria em fera canibal: a animalização. Uma alteridade culturalizada através da assimilação e uma alteridade animalizada através da diferenciação.

Observamos esse processo no período modernista, em Oswald de Andrade, que trazia uma nova roupagem para a incorporação através da antropofagia. Como enfatiza Benedito Nunes,

Como *dada*, "Antropofagia" nasceu de "uma necessidade de independência, de desconfiança para com a comunidade"; como *dada*, é uma palavra-guia que conduz o pensamento à caça das idéias. Precisamos então considerar, na leitura do Manifesto Antropófago, a ocorrência simultânea de múltiplos significados, e ter em mente que o uso da palavra "antropófago", ora emocional, era exortativo, ora referencial, faz-se nesses três modos da linguagem e em duas pautas semânticas, uma etnográfica, que nos remete às sociedades primitivas, particularmente aos tupis de antes da descoberta do Brasil; outra histórica, da sociedade brasileira, à qual se extrapola, como prática de rebeldia individual, dirigida contra os seus interdictos e tabus, o rito antropofágico da primeira. (NUNES in ANDRADE, 1978, xxvi)

A necessidade da independência renovou a antropofagia. Oswald de Andrade foi buscar em raízes etnográficas, antropológicas e históricas, onde se perdera nossa identidade.



A rebeldia contra a organização social nutrida por valores europeus, nada independente, fez com que o modernismo se aventurasse às matas primitivas de nosso país no século XVI. Aqui estaria o diálogo intrínseco e impossível de dividir entre os ideais modernistas e as visões europeias quinhentistas. Agora, porém, a cultura seria produzida por meio de assimilação em contracultura, a problematização do colonizado/colonizador partiria de nós como aqueles cuja identidade reflete ao primitivo que devora. Na literatura, nas artes, na atuação política e social, seria a voz do “índio antropófago” que ditaria os procedimentos, que lançaria as regras. Era necessário o nosso reencontro com o português, com olhos nativos.

De fato, como destaca Almeida (2002, p. 25), os textos que expõem o ponto de vista sobre os rituais de canibalismo nos primórdios da colonização são fundamentais para a elaboração de uma imagem do canibalismo como algo próprio dos brasileiros. Porém, não só esses textos trouxeram tal contribuição, sendo que em toda a história da literatura brasileira é possível reconhecer a presença do “do homem que devora o outro”, fazendo com que a imagem do Brasil antropófago possua uma larga história digna de análise.

Em nosso trabalho então nos limitamos a demonstrar sucintamente como se dá a construção dessa “identidade nacional antropófaga” em dois períodos distintos da história e da literatura de nossa nação. O período colonial, como a autora já afirma, é essencial para o descobrimento do “nativo que come”, e nos dedicamos rapidamente a essa primeira aventura. No período modernista, reencontramos o primitivo junto de Oswald de Andrade, não descartando a ideia das influências que teve de Freud, Marx, Rousseau, Breton, Montaigne, etc. Limitamo-nos ao olhar de Oswald ao descobrimento, ao quinhentismo. Foi lá que o escritor rebelde e crítico buscou as primícias de seus manifestos anti-coloniais, em um período em que a identidade nacional devorava a estrangeira e assimilava seus valores, a possível cura, o possível reencontro com nossa nacionalidade. Foi lá, nos quinhentos, que Oswald de Andrade buscou os ideais para nossa segunda aventura do redescobrir. O Brasil necessitava devorar. E devoramos.

“Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade.”

(Oswald de Andrade – Manifesto Antropófago – 1928)

Referências



- AGNOLIN, Adone. Antropofagia ritual e identidade cultural entre os Tupinambá. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 45, n. 1, p. 131-185. 2002
- ALMEIDA, Maria Cândida Ferreira de. **Tornar-se o outro: o topos canibal na literatura brasileira**. São Paulo: Annablume. 2002.
- AMIN, Samir. **El eurocentrismo: crítica de uma ideologia**. Cidade do México: Siglo Veintiuno, 1989.
- ANDRADE, Oswald de. **Do pau-brasil à antropofagia e às utopias**. Manifestos, teses de concursos e ensaios. Introdução de Benedito Nunes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- AZEVEDO, Gislaine Campos; SERIACOPI, Reinaldo. **História: volume único**. São Paulo: Ática, 2005.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BURGAN, Michael. **Marco Polo: Marco Polo and the silk road to China**. Minneapolis: Compass Point, 2002.
- CRISTÓVÃO, Fernando. O mito do “novo mundo” na literatura de viagens. **Revista USP**, São Paulo, n. 41, p. 188-197, mar./mai. 1999.
- FRANÇA, Susani Silveira Lemos. Uma América Incógnita. **História [online]**. 2008, vol. 28, n.1. p. 127-143.
- GENEROSO, Viviane Horta. Devoração ou Hospitalidade? **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, 16(1), p. 160-171, mar. 2013.
- HUTCHEON, Linda. **Poética do Pós-modernismo: história, teoria, ficção**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- NUNES, Benedito. Antropofagia ao alcance de todos. In: ANDRADE, Oswald de. **Do pau-brasil à antropofagia e às utopias**. Manifestos, teses de concursos e ensaios. Introdução de Benedito Nunes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- OLIVEIRA, Celso Fernando Claro de; DOSSIN, Francielly Rocha. **Os “selvagens” do Novo Mundo: o Estranhamento nos relatos de Pero Vaz de Caminha e Hans Staden**. In: Anais do VI Congresso Internacional de História. Maringá: UEM, 2013.
- PATRIOTA, Margarida de Aguiar. **Explicando a literatura no Brasil: uma viagem pela Renascença**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- SANTOS, Luzia Aparecida Oliva dos. **O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da figuração**. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2009.